



25/04/2012 19h09 - Atualizado em 25/04/2012 19h32

# No STF, relator vota pela legalidade de cotas raciais em universidades

Supremo julga ação do DEM que questiona sistema de cota racial da UnB. Julgamento foi suspenso e será retomado na tarde desta quinta-feira (26).

Débora Santos  
Do G1, em Brasília

283 comentários

Tweetar 157

Recomendar Confirma



O ministro Ricardo Lewandowski, relator de ações que contestam o sistema de cotas nas universidades (Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil)

O ministro do **Supremo Tribunal Federal** (STF) Ricardo Lewandowski, relator de ações que contestam a legalidade de cotas raciais e sociais em universidades, votou nesta quarta-feira (25) pela validade dos sistemas de reserva de vagas com base em critérios de raça.

Após o voto do relator, o julgamento sobre cotas foi suspenso. O ministro Ayres Britto, que presidiu o primeiro julgamento após ser empossado, disse que, devido ao horário e falta de quórum para prosseguir os trabalhos, a análise do tema será retomada

na tarde desta quinta (26).

Três ações estão na pauta do tribunal e a única que começou a ser analisada até o momento trata exclusivamente de cotas raciais. As outras ações abordam cotas raciais combinadas com o critério de o estudante vir de escola pública.

A ação analisada nesta quarta, protocolada pelo DEM, questiona o sistema de cotas raciais

## Vestibular e Educação

veja tudo sobre >



**Professores em greve ocupam Secretaria de Administração do...**

HÁ 3 HORAS



**STF retoma nesta quinta julgamento sobre cotas em...**

HÁ 5 HORAS



**'Harvard superou as expectativas', diz brasileiro admitido...**

HÁ 8 HORAS



**Uneb inicia atividades do curso de Medicina com aula magna...**

25/4/2012



**Distrito Federal** +

**Política** +



da Universidade de Brasília (UnB). A legenda afirma que o sistema adotado pela instituição de ensino, no qual uma banca analisa se o candidato é ou não negro, criou uma espécie de "tribunal racial".

Para o relator, a política de cotas da UnB "não se mostra desproporcional ou irrazoável e é compatível com a Constituição". Ele afirmou que o sistema utilizado, que têm período de vigência de 10 anos, pode ser usado como "modelo" para outras universidades.

“

**A política de ação afirmativa adotada pela UnB não se mostra desproporcional ou irrazoável e é compatível com a Constituição."**

— Ricardo Lewandowski, relator de ações sobre cotas em universidades

objetivos, que podem ajudar a "acirrar as distorções".

"Não raro a discussão é reduzida à defesa de critérios objetivos de seleção, isonômicos e imparciais, desprezando-se as distorções que podem acarretar critérios ditos objetivos de afirmação. Quando aplicados a uma sociedade altamente marcada por desigualdades, acabam por acirrar as distorções existentes [...] ensejando a perpetuação de uma elite."

Para o relator, "aqueles que hoje são discriminados têm potencial enorme de contribuir que nossa sociedade avance culturalmente".

"Justiça social mais que simplesmente distribuir riquezas significa distinguir, reconhecer e incorporar valores. Esse modelo de pensar revela a insuficiência da utilização exclusiva dos critérios sociais ou de baixa renda para promover inclusão, mostrando a necessidade de incorporar critérios étnicos."

"O modelo que o Supremo tenta estabelecer, se o meu voto for prevalente, é esse modelo de que não é uma benesse que se concede de forma permanente, mas apenas uma ação estatal que visa superar alguma desigualdade histórica enquanto ela perdurar", destacou o relator após o julgamento.

Durante seu voto, Ricardo Lewandowski afirmou também que as políticas que buscam a inserção nas universidades não podem ser analisadas com critérios

Lewandowski defendeu que a identificação como negro deve ser feita pelo próprio indivíduo para evitar discriminação. Mas, para coibir fraudes, ele admite alguns mecanismos como a elaboração de formulários com múltiplas questões sobre a raça, uso de foto e formação.

## Últimas notícias

**Supremo Tribunal Federal**



### G1 primeira página

#### **Dilma terá 'sangue frio' sobre veto ao código, diz ministro**

Carvalho não confirmou veto a texto do Código Florestal aprovado pela Câmara e contrário à expectativa do governo.

#### **Desemprego sobe, mas é o menor para março em 11 anos**

#### **Sambista Dicro é velado no Rio**



**Tem direito de circular na liberdade sem ser revistado**

#### **Pedro é transferido para hospital de SP**



**Os destaques ›**

## Shopping

Zoom.com.br  
Notebook 8GB  
Core i7



O presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, que preside o primeiro julgamento desde que tomou posse, conversa com o relator das ações sobre cotas em instituições de ensino, o ministro Ricardo Lewandowski (Foto: Carlos Humberto / SCO / STF)

Além de Lewandowski, outros nove ministros do Supremo apresentarão sua posição sobre o tema. O ministro Dias Toffoli não participa do julgamento porque deu parecer a favor das cotas quando era advogado-geral da União.

### Único ministro negro do STF

Joaquim Barbosa, único ministro negro do STF, fez um aparte ao voto do relator para falar sobre a posição dos que criticam os sistemas de cotas raciais. "Basta ver o

caráter marginal daqueles que se opõe ferozmente a essas políticas."

Barbosa citou o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como "maior expoente" das ações afirmativas contra o racismo naquele país. "A que pode levar uma política de ação afirmativa em tão curto espaço de tempo", citou.

“

A imposição de um modelo de estado racializado, por óbvio, traz consequências perversas para formação da identidade de uma nação. (...) Não existe racismo bom. Não existe racismo politicamente correto. Todo o racismo é perverso e precisa ser evitado"

— Roberta Kauffman, advogada que sustentou tese contrária às cotas raciais

### Contra e a favor das cotas

Para a advogada do DEM, Roberta Kauffman, a seleção de quem teria direito às cotas na UnB é feitas com base em "critérios mágicos e místicos" e lembrou o **caso dos irmãos gêmeos univitelinos**, Alex e Alan Teixeira da Cunha. Eles se inscreveram no vestibular, em 2007, e, depois de analisadas fotos dos dois, Alan foi aceito na seleção das cotas e Alex não. Depois, a UnB voltou atrás.

"A imposição de um modelo de estado racializado, por óbvio, traz consequências perversas para formação da identidade de uma nação. [...] Não existe racismo bom. Não existe racismo politicamente correto. Todo o racismo é perverso e precisa ser



a partir de 12 x  
R\$ 116,58



compare preços de

[veja todos os produtos »](#)

evitado”, disse a advogada.

A defesa da UnB argumentou que o sistema de cotas raciais busca corrigir a falta de acesso dos negros à universidade. Segundo a advogada Indira Quaresma, que representou a instituição, os negros foram “alijados” de riquezas econômicas e intelectuais ao longo da história. Para ela, a ausência de negros nas universidades reforça a segregação racial.

“A UnB tira-nos, nós negros, dos campos de concentração da exclusão e coloca-nos nas universidades. [...] Sistema de cotas é belo, necessário, distributivo, pois objetiva repartir no presente a possibilidade de um futuro melhor”, afirmou a advogada da UnB.



**Se a universidade elege como missão promover a diversidade é esse o critério a ser medido. A Constituição não prega o mérito acadêmico como único critério”**

— Deborah Duprat, vice-procuradora-geral da República ao defender a autonomia das universidades para decidir sobre cotas

A validade das cotas raciais como política afirmativa de inclusão dos negros foi defendida também pelo advogado-geral da União, Luís Inácio de Lucena Adams e pela vice-procuradora-geral, Deborah Duprat. Para eles, o racismo é um traço presente na cultura brasileira e que precisa ser enfrentado.

“Precisamos abrir e ver onde estão essas situações de discriminação, de desfavorecimento de brasileiros e brasileiras e devemos, de fato, apoiar e sustentar para prevalecerem políticas afirmativas como a que a universidade vem adotando de forma

eficaz”, disse Adams.

“A missão que a universidade elege é que vai determinar os méritos para a admissão. Se a universidade elege como missão promover a diversidade é esse o critério a ser medido. A Constituição não prega o mérito acadêmico como único critério”, completou a representante do Ministério Público Federal, defendendo a autonomia das universidades.

---

saiba mais

**Grupo se acorrenta em frente ao Planalto e é recebido por Marco Maia**

**No STF, relator vota contra decreto que regulamenta áreas quilombolas**

**No STF, grupo pede continuidade das cotas em universidades**

Além dos representantes da UnB, do DEM e da União, outros 10 advogados ocuparam a tribuna do STF para defender suas posições contra ou a favor das políticas de reserva de vagas em universidades tendo a raça como critério.

A maioria das entidades participou de audiência pública realizadas pelo Supremo, em março de 2010, para discutir o tema. As

opiniões se dividem entre os que defendem e criticam a adoção da questão racial como

critério em detrimento de outros fatores, como a renda do candidato.



Grupo em frente ao Supremo pede continuidade do sistema de cotas em universidades (Foto: Débora Santos / G1)

### Outras ações

Além da ação específica sobre a Unb, outras duas ações sobre cotas estão na pauta do Supremo. Uma delas se refere a recurso que questiona a política adotada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que combina dois critérios para a seleção: a origem de escola pública e a "raça".

Outra ação que deve ser analisada é a que contesta o sistema de reserva de bolsas de estudo para negros, indígenas, pessoas com deficiência e alunos da rede pública implementado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) do governo federal. O sistema de seleção para recebimento do benefício foi atacado pelo DEM e por entidades como a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

---

tópicos: **Supremo Tribunal Federal**

---

### veja também

**STF vai investigar  
envolvimento de três**